

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.401 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2001

Plenário vota gratuidade do exame de DNA para carentes

Mudança na legislação de assistência judiciária para isentar pessoas sem recursos de pagamento em ações de investigação de paternidade ou maternidade será examinada hoje pelo Senado. Projeto já foi aprovado na Câmara e tem parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Sebastião Rocha.

PÁGINA 3



Na audiência pública, presidente do TST, jurista e empresário elogiaram a proposta, enquanto sindicalista e alguns senadores fizeram restrições

Contrato temporário mais flexível recebe elogios e críticas em audiência pública

A Comissão de Assuntos Econômicos realizou ontem audiência pública em torno do substitutivo do senador Paulo Souto a projeto da Câmara que torna mais flexíveis a terceirização de serviços e a contratação de trabalho temporário. O texto recebeu apoio de três convidados, mas também sofreu restrições.

PÁGINA 5

Parecer sobre a reforma do Judiciário é examinado hoje

O parecer de Bernardo Cabral, que já recebeu 49 emendas, será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PÁGINA 2

Tebet luta por negociação de professores com o governo

Presidente do Senado assumiu compromisso com dirigente do sindicato de docentes, que o procurou em companhia de senadores.

PÁGINA 11

Metrô de Brasília vira alvo de nova auditoria do TCU

Ao aprovar requerimento de Heloísa Helena, o Senado decidiu ontem que o TCU realize nova auditoria no metrô do Distrito Federal a fim de verificar o custo real das obras já realizadas.

PÁGINA 4



A Comissão de Fiscalização examina hoje outro pedido de reabertura de investigações sobre contas do metrô

Aprovados dois acordos do Mercosul

O Senado aprovou ontem dois acordos internacionais celebrados pelo Brasil no âmbito do Mercosul. Com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), foi aprovado o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul, assinado em Montevideu, no ano de 1997, que estabelece como norma geral a sujeição do trabalhador à legislação do país em cujo território exerça sua atividade.

Há, conforme o texto aprovado, exceções à regra. Quem for deslocado para outro país por um período limitado continuará sujeito à legislação da nação de origem até um prazo de 12 meses, que pode ser prorrogado excepcionalmente.

Outro texto aprovado traz o Protocolo Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em 1998 durante a 14ª Reunião do Conselho do Mercado Comum. O texto estabelece a plena vigência das instituições democráticas como condição essencial para o processo de integração. Determina ainda medidas como a suspensão do direito de participar dos órgãos instituídos nesse processo para aqueles países em que ocorrer ruptura da ordem democrática. O acordo foi celebrado em 1998. As duas decisões vão agora à promulgação.

RÁDIOS

Na mesma sessão, o Senado autorizou o funcionamento de cinco emissoras de rádio: Associação Comunitária Cultural, de Pedrinhas Paulista (SP); Associação dos Amigos da Praia de Mariscal, de Bombinhas (SC); Associação Comunitária e Cultural de Itarana (ES); Rádio Comunitária Wagner FM, de Wagner (BA); e Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente, de Rifaina (SP). Os decretos legislativos vão agora a promulgação.

Reforma do Judiciário já recebeu 49 emendas

O exame do relatório, apresentado pelo senador Bernardo Cabral, caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) à proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Poder Judiciário está na pauta da reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje a partir das 10h. Foram oferecidas 49 emendas e cinco subemendas à PEC, que garante maior agilidade e eficiência ao sistema judiciário brasileiro. O parecer de Cabral foi lido semana passada na comissão.

A data de votação do relatório também coincide com o prazo final para apreciação de emendas parlamentares à matéria. O parecer do senador Bernardo Cabral aperfeiçoa os dispositivos que tratam da súmula vinculante, do nepotismo e da quarentena para juízes aposentados.

Além de propor que as sen-



Bernardo Cabral, relator da PEC que reforma o Judiciário, defende a adoção do efeito vinculante e a proibição de nepotismo nos tribunais

tenças de instâncias iniciais da Justiça estejam vinculadas às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o senador Bernardo Cabral defende a proibição de os

magistrados empregarem parentes nos tribunais, prática conhecida por nepotismo. Cabral também sugere a fixação de um período de quarentena para juízes aposentados que queiram advogar na mesma corte em que atuavam.

Critérios para nomeação de ministro de tribunal eleitoral podem mudar

A pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inclui em seus 13 itens a proposta de emenda constitucional, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que altera critérios de nomeação para o cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos tribunais regionais eleitorais (TREs).

Em vez de serem feitas pelo presidente da República, as nomeações de juízes, entre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, passariam a ser de responsabilidade do Su-

premo Tribunal Federal (STF) e do TSE, respectivamente, a partir de indicação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ao lado dessa PEC tramitam outras 15 correlatas. Uma delas, da senadora Heloísa Helena (PT-AL), fixa limites para as despesas orçamentárias dos órgãos dos poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e dos tribunais de contas. Também deve ser analisada proposta de emenda constitucional, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que atribui ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a iniciativa de lei

sobre a criação de varas judiciais especializadas para processar e julgar crimes financeiros.

Também na pauta emenda do senador Paulo Souto (PFL-BA) que confere ao STF competência para julgar juízes e desembargadores por crimes de responsabilidade.

A Comissão de Justiça examina ainda parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR) à PEC, do Poder Executivo, que isenta as receitas decorrentes de exportação da incidência de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

17h — Preside sessão deliberativa ordinária
12h — Participa da cerimônia de posse de Aloysius Nunes Ferreira no cargo de ministro da Justiça; do senador Ney Suassuna no cargo de ministro da Integração Nacional; e de Arthur Virgílio no cargo de ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. *Salão Nobre — 2º andar do Palácio do Planalto*

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: projeto que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que permite aos profissionais de saúde acumularem dois cargos públicos. Projeto que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados para conceder a gratuidade do exame de DNA, entre outros.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: projeto que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do SUS; projeto que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; projeto que regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol; projeto que dispõe sobre as atividades do médico residente; projeto que modifica regras de fixação do salário mínimo, de acordo com a Constituição federal; projeto que cria, no âmbito do Ministério da Saúde, o incentivo à implantação e operação de farmácias populares de manipulação; projeto que dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde; entre outros.

Extra: PLC nº 100/01 (em regime de urgência), cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; e PLC nº 4/01, dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso. Extra: projeto que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e projeto que amplia a concessão do seguro-desemprego

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: emenda que trata da reforma do Judiciário; entre outros.

10h — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização

Pauta: apreciação de relatórios apresentados.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota gratuidade do exame de DNA

Projeto, que garante o benefício a pessoas de baixa renda, recebeu na CCJ parecer favorável de Sebastião Rocha. O Senado deve examinar também a transformação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em autarquia

O Senado deve votar hoje projeto de lei que torna gratuito, para pessoas de baixa renda, o exame de DNA. A proposta, que teve origem na Câmara dos Deputados, altera a lei de assistência judiciária aos necessitados, com o objetivo de isentar do pagamento do exame a pessoa que, integrando ação de investigação de paternidade ou maternidade, não possa pagá-lo sem prejudicar o sustento da família.



Sebastião Rocha considera que a proposta contribui na investigação de paternidade e até mesmo de maternidade

Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defende a aprovação da proposta. Ele lembra que, pela Constituição, hoje estão protegidos os filhos havidos fora

do casamento ou adotados, mas “perdura a incerteza a respeito da paternidade, que é presumida, e da própria maternidade, visto serem possíveis fraudes na definição da mãe biológica”.

Sebastião Rocha também argu-

menta que a Lei nº 8.560/92 oferece a possibilidade de investigativa da paternidade, mas não prevê a gratuidade do exame.

Também hoje o Senado vota projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O projeto tem parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Na mesma sessão, o Plenário deve realizar o

segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que estende a quaisquer profissionais de saúde a autorização para acumular dois cargos públicos remunerados.



José Gregori (D) explicou à CRE as ações que pretende desenvolver como embaixador em Portugal

Comissão aprova nome de Gregori para embaixada

O ministro da Justiça, José Gregori, teve sua indicação para o cargo de embaixador do Brasil em Portugal aprovada ontem, por unanimidade, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), disse que o ministro é “um brasileiro altamente qualificado para a missão, um homem de honradez inquestionável e prestou serviços extraordinários para o restabelecimento da democracia no Brasil”.

Gregori explicou que aceitou o convite para o cargo devido à “convivência estreita” com o embaixador San Thiago Dantas, “um dos modeladores da política externa independente”. Gregori disse que também contribuiu para a decisão a aproximação e vivência que teve com o Itamaraty quando foi secretário de Direitos Humanos e durante seu trabalho no Ministério da Justiça. Conforme ele, “sem a cooperação do Itamaraty não teria sido possível implementar uma política de direitos humanos”.

Dentre as ações que pretende desenvolver na embaixada, Gregori listou o incentivo ao diálogo político bilateral, a multiplicação das visitas recíprocas de autoridades, a promoção da ida de parlamentares brasileiros a Portugal, o aumento das exportações brasileiras e mudanças na pauta comercial com produtos de maior valor agregado.

TRABALHO

A comissão aprovou ainda o Tratado sobre as Relações de Parceria, celebrado entre o Brasil e a Rússia, e a Convenção nº 171 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que recomenda medidas para proteger o trabalhador noturno e assegura direitos como a manutenção de serviços adequados de primeiros socorros no local de trabalho. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também encaminhou ofício ao ministro da Justiça sugerindo que o governo brasileiro apoie o encontro entre Maria Célia Vargas e seu filho Hugo Vargas, raptado pelo pai e encontrado pelo governo francês.

Deficientes físicos podem ter fila exclusiva no SUS

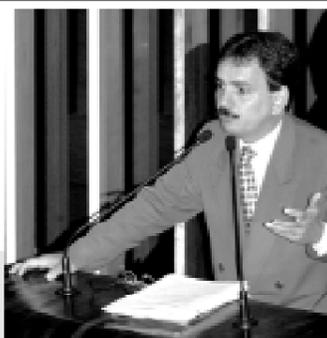
A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve examinar, em reunião marcada para as 9h de hoje, o relatório favorável do senador Ademir Andrade (PSB-PA) a projeto da Câmara que estabelece a obrigatoriedade de o Sistema Único de Saúde (SUS) destinar locais específicos para a marcação de consultas e exames complementares de idosos, crianças de colo e portadores de deficiência física.

Pela proposta, serão considerados idosos os que tiverem idade igual ou superior a 65 anos. Gestantes e mulheres que estejam amamentando também estão incluídas na lista dos pacientes que receberão preferência no atendimento.

Ademir sugeriu uma emenda de redação, definindo que os lo-

cais exclusivos para a marcação de consultas devem estar localizados nos próprios hospitais e clínicas conveniadas. Ele também salienta que a medida não vai prejudicar o atendimento de emergência e seus procedimentos, tampouco o oferecido aos demais cidadãos. “A idéia é que essa parcela mais fragilizada da população encontre apoio por parte dos serviços de saúde como já está sendo feito em agências bancárias”, diz o relator.

Outra matéria da pauta da comissão estabelece que, nas localidades onde o SUS não conte com unidade própria ou conveniada, o atendimento de emergência de acidente de trabalho deverá ser prestado pela rede médica privada. O projeto, também da Câma-



Ademir Andrade apresentou parecer favorável ao projeto, que beneficia os “mais fragilizados”

ra, recebeu parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Os senadores da CAS devem examinar ainda projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que cria, no âmbito do Ministério da Saúde, condições para implantação e funcionamento de farmácias populares de manipulação. A matéria recebeu voto favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



Leomar Quintanilha lembrou que, em 2030, o Brasil terá a quinta maior população de idosos do mundo

Quintanilha pede apoio ao trabalho da Subcomissão do Idoso

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) pediu o apoio dos senadores e da população para o trabalho que vem sendo feito pela Subcomissão do Idoso visando valorizar os integrantes da terceira idade e facilitar sua inserção na sociedade. “Os cidadãos maiores de 60 anos não mais podem ser vistos como um estorvo, mas devem ser reconhecidos como um

manancial de experiências”, destacou.

Quintanilha relatou os debates realizados no UniCeub (Centro Universitário de Brasília) com jovens que manifestaram reconhecimento às contribuições dos cidadãos da terceira idade. Foram lembrados, relatou, exemplos como os do técnico de futebol Zagalo, do cantor Juca Chaves e

da apresentadora de televisão Hebe Camargo.

Segundo Quintanilha, a idade biológica das pessoas tem se mostrado cada vez mais importante do que a idade cronológica.

— Talvez esteja chegando a hora de rever a aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores e dos servidores públicos aos 70 anos. Hoje o Brasil já

tem 9% de sua população acima dos 60 e, em 2030, teremos a quinta maior população de idosos no mundo — disse.

O senador também se associou às homenagens que o Senado prestou ontem ao Dia do Aviador, lembrando o trabalho pioneiro realizado pela Aeronáutica nas regiões mais isoladas do Brasil.

Senado aprova realização de auditoria no metrô do DF

Conforme requerimento de Heloísa Helena, TCU deve verificar custo real da parte do empreendimento que já foi implantada

O Senado decidiu ontem que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria no metrô do Distrito Federal, a fim de verificar o custo real da parte do empreendimento já realizado, conforme requerimento de iniciativa da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

A senadora justificou a exigência dessa auditoria referindo-se ao voto do ministro Adylson Motta, do TCU, a respeito de inspeção feita naquela obra, no período entre 1997 e 2000. O ministro admitiu textualmente que “não foram objeto de verificação os quantitativos das medições de serviços realizadas, pois seria necessário um tempo bem acima do utilizado”. Essas informações são necessárias para se determinar o custo da obra.

Heloísa Helena considera inadmissível que o Senado deixe de cumprir o dever constitucional de, auxiliado pelo TCU, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a estado, município ou ao Distrito Federal. Conforme a senadora, a auditoria



Na justificação de sua proposta, Heloísa citou voto do ministro Adylson Motta sobre inspeção feita na obra entre 1997 e 2000

visa à efetiva verificação das medições de serviços realizados no metrô e à determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada.

CFC ELEGE PRESIDENTE

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve eleger a partir das 17h30 o seu novo presidente, em substituição ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que assume hoje o Ministério da Integração Nacional. Depois da eleição, a CFC deve votar requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que solicita a rea-

bertura de investigações nas contas das obras do metrô do Distrito Federal.

Em agosto último, a CFC criou subcomissão destinada a apurar possíveis irregularidades nas obras do metrô de Brasília. O colegiado concluiu pelo arquivamento da matéria. Mas, segundo a senadora Heloísa Helena, houve “falha técnica” no processo de investigação. Na semana passada, a senadora conseguiu aprovar na comissão requerimento pedindo a auditoria do Tribunal de Contas da União nas obras do metrô. Trata-se da proposta aprovada pelo Plenário. Ela espera, portanto, que a CFC reabra as investigações sobre o assunto.

Ao se despedir ontem da presidência da CFC, Suassuna voltou a defender o fortalecimento da comissão e disse que, sob o seu comando, o colegiado “cumpriu o seu papel constitucional”, discutindo e aprovando matérias a ela submetidas. Ele informou que, ao longo deste ano, a CFC realizou 35 reuniões.

Manifestação em Aracaju tem apoio de Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solidarizou-se com ato público realizado ontem em Aracaju, contra o “apagão”, a corrupção e o imperialismo, e pela paz mundial e a revitalização do Rio São Francisco. O senador informou que o movimento, que se iniciará às 6h, com um ato litúrgico, se estenderá por toda a noite, em uma vigília. No final da tarde, segundo o senador, os manifestantes realizaram uma marcha pela cidade, com a participação de 10 mil pessoas.

A organização do evento foi iniciativa da arquidiocese e de várias entidades, entre partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais. Na ocasião o Partido dos Trabalhadores apresentou um manifesto, que foi lido pelo senador em Plenário. No manifesto, o PT afirma que “a sociedade, perplexa diante do pro-



Conforme Dutra, ato contra a corrupção e pela paz mundial teve mais de 10 mil participantes

cesso de corrupção instalado no país, reage e exige rigorosa apuração dos fatos e a punição de todos os culpados”. Entre as denúncias apontadas pelo partido está o desvio dos recursos da Energipe, companhia de energia de Sergipe, para a campanha de reeleição do governador Albano Franco.

Dutra também manifestou seu apoio à greve dos funcionários do Banco Central, que teve início no dia 6, em São Paulo. O senador disse esperar que a greve não seja prolongada pela intransigência do governo, mas observou que o Executivo “vem preferindo utilizar a tática da intimidação em vez de iniciar as negociações”. Segundo informou, 31 funcionários no Rio de Janeiro e dois em São Paulo foram afastados de cargos de confiança.

O senador alertou para o fato de que a paralisação da categoria pode comprometer, nos próximos dias, a distribuição normal de cédulas e moedas à rede bancária. Dutra explicou que os funcionários reivindicam 75% de aumento e o desbloqueio das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do período de 1991 a 1996.

CPI das ONGs: presidente de fundação contesta denúncia

O diretor-técnico da Fundação O Boticário, Miguel Milano, apresentou ontem, em depoimento na CPI que apura denúncias de irregularidades cometidas por organizações não-governamentais (ONGs), documentos comprovando a posse, no Paraná, de terreno de 2 mil hectares, adquirido em 1994.

Ele mostrou ainda documentos em que o Ministério Público (MP) aprova as contas da fundação. Segundo Miguel Milano, o MP fez apenas reparos quanto à forma de apresentação da contabilidade e não apontou indícios de irregularidades. Os documentos foram apresentados em resposta a denúncias feitas na CPI pelo deputado estadual Neivo Beraldim. Segundo o

deputado, não havia documento comprovando a posse do terreno pela fundação, e o MP teria encontrado irregularidades nas contas do O Boticário.

Em resposta à senadora Marina Silva (PT-AC), Miguel Milano disse que a CPI representou uma ótima oportunidade para contestar essas denúncias. “Imagine como se sente um empresário que vê seu nome enlameado por fazer o bem. Os poucos que investem em conservação tem problemas com isso”, afirmou.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), presidente da CPI, destacou que o objetivo da comissão é fazer raios-x das ONGs atuantes no Brasil para descobrir as que atuam irregularmente.



Mozarildo e Marluce Pinto (à sua esquerda), presidente e relatora da CPI, ouvem depoimento de Miguel Milano, dirigente da Fundação O Boticário

Milano diz que O Boticário não faz cosméticos com plantas da reserva

Questionado pela relatora da CPI, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), Miguel Milano explicou que O Boticário não usa as plantas da reserva para fazer cosméticos ou perfumes. Segundo Milano, a entidade compra de terceiros as essências usadas em seus produtos. Ele explicou ainda que a fundação recebe recursos de cerca de 600 dos mais de 2 mil franqueados do O Boticário e de alguns convênios.

Milano afirmou que pode até haver casos em que o perigo de extinção de espécies animais seja exagerado por alguma ONG para dar evidência ao trabalho que ela realiza, como questionou o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Mas o trabalho da maioria das instituições é sério, afirmou Milano, acrescentando que a extinção de espécies não pode ser

negada. Ele citou como exemplo a ararinha-azul. Sobre desmatamento Milano lembrou o caso do Paraná, que tinha cobertura vegetal em 40% de seu território há 45 anos e hoje tem apenas entre 5% e 7%. A situação causa erosão e diminuição dos recursos hídricos.

Ele informou que a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza foi criada em 1990 com missão de destinar 1% do faturamento líquido da entidade para fins sociais, sendo que 80% desse valor são para projetos de conservação ambiental. Os projetos de conservação encaminhados à fundação são examinados por 84 consultores voluntários e um conselho escolhe os que devem receber recursos. A fundação apoiou cerca de 700 projetos e investiu um total de US\$ 4 milhões ao longo desses anos, garantiu.

Pazzianotto e José Pastore apóiam flexibilização do trabalho temporário

Presidente do TST e professor da USP concordam com as mudanças em projeto sugeridas pelo senador Paulo Souto. Representante da CUT discorda

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, o professor José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP) e o presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo, Luigi Nesse, assumiram ontem, perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), posição favorável à aprovação do substitutivo ao projeto de lei da Câmara, apresentado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), que torna mais flexíveis a terceirização de serviços e a contratação de trabalho temporário no país.

Contrariando os dois, a representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sandra Cabral, pediu a supressão de vários artigos, argumentando que o substitutivo prejudicará o fortalecimento das entidades sindicais, dificultando as negociações entre empregados e empregadores. Ela disse que a CUT está disposta a discutir melhor o projeto com a comissão e sugerir modificações.

Para o presidente da Federação de Serviços do Estado de São Pau-



Pastore, Pazzianotto, Lúcio Alcântara e Luigi Nesse durante a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos

lo, Luigi Nesse, a proposta de Paulo Souto "é quase perfeita" para o setor, principalmente pelo fato de retirar a exigência prevista no projeto da Câmara de as empresas apresentarem um capital mínimo de R\$ 250 mil.

VIRTUDE

Segundo o ministro Almir Pazzianotto, os juízes, os trabalhadores e os empresários precisam de uma nova lei que trate das empresas de terceirização de serviços e dos contratos temporários de trabalho, de modo a dar às novas situações um tratamento

adequado ao exigido pelas economias modernas. O presidente do TST disse que o presidente Getúlio Vargas empreendeu uma verdadeira revolução nas relações capital-trabalho no Brasil, mas observou que hoje essa legislação não tem mais as respostas exigidas pela complexa economia mundial.

Pazzianotto considerou uma virtude do substitutivo de Paulo Souto não atar a legislação às definições do que é ou do que não é "atividade-meio" ou "atividade-fim", para efeito de contratação de serviços terceirizados. Para ele,

é muito difícil distinguir, na prática, essas atividades.

Para dar exemplo da complexidade econômica de hoje, Pazzianotto disse que um avião Boeing 737 é composto de 3 milhões de peças e para ser fabricado passa por 132 mil projetos, reunindo 1.700 construtores de 37 países, movimentando US\$ 58 bilhões por ano. Os lavatórios desse tipo de avião são feitos no Japão, sua cauda no Canadá, os computadores de controle de voo no Reino Unido, e o leme vertical é feito pela Embraer, no Brasil.

Professor crê na manutenção de empregos

O professor José Pastore defendeu, na audiência pública promovida pela CAE, o substitutivo apresentado pelo senador Paulo Souto, apontando-o como peça adequada ao quadro econômico atual, marcado pela formação de alianças entre as empresas.

Pastore não vê na flexibilização dos serviços de terceirização e dos contratos de trabalho temporário qualquer ameaça aos níveis de emprego. Ele disse que os empregos eliminados na empresa matriz certamente são compensados pelos empregos que se criam.

O professor destacou como principais avanços do substitutivo de Paulo Souto a eliminação do dispositivo que proibia a contratação de trabalhadores temporários no decorrer de uma greve, como forma de garantir a continuidade de serviços essenciais, e a manutenção da separação das categorias profissionais, de modo a não misturar os funcionários da

contratante com os funcionários da contratada (a empresa de serviços terceirizados). E explica numa pergunta: Como é que a Petrobras iria dar os direitos de aposentadoria que concede a seu funcionário para um trabalhador temporário de uma terceirizada que presta serviço àquela empresa?

Ele ressaltou ainda como pontos positivos a retirada do dispositivo pelo qual as empresas não poderiam terceirizar atividades que elas já executam, e o fim da proibição de uma empresa contratar serviços de uma de suas subsidiárias.

José Pastore considerou também positivo o fato de se atribuir à contratante apenas a responsabilidade subsidiária pelos trabalhadores terceirizados. Assim, no caso de uma infração, responderá primeiro, perante a Justiça, a empresa de serviço de terceirização e não a que contrata os seus serviços. Esta, segundo o substitutivo, terá responsabilidade solidária, apenas.

Heloísa e Suplicy temem desequilíbrio

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou a preocupação de que o substitutivo do senador Paulo Souto (PFL-BA) ao projeto da Câmara que trata do assunto provoque um maior desequilíbrio nas relações trabalhistas no setor.

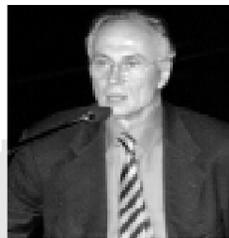
— Todos sabemos que em um sistema capitalista a parte mais frágil é o trabalhador, que não possui, nas negociações, os mesmos instrumentos que o empregador, nem individualmente, nem por meio de sua representação sindical. Eu receio que a proposta do senador, da forma como está, esteja fragilizando ainda mais o lado que, na realidade, precisa de maior segurança jurídica.

Heloísa Helena concordou com a representante da CUT, Sandra Cabral, para quem a figura do acordo coletivo de trabalho é facilmente burlada no Brasil. A senadora sugeriu ainda a manuten-

ção do dispositivo presente no projeto da Câmara que prevê a chamada "responsabilidade solidária" das empresas envolvidas na terceirização. Assim, tanto a empresa que contrata a prestadora de serviços quanto esta última responderiam em demandas trabalhistas.

Também o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse estar receoso quanto aos efeitos do projeto sobre os direitos do trabalhador, alertando para o fato de que muitas vezes o empregado não pode participar das decisões tomadas pelos empregadores. Ele lembrou também que os empregados terceirizados, em sua maioria, não têm acesso à transparência dos dados das empresas.

O senador Paulo Souto, no entanto, reafirmou sua confiança de que sua proposição não irá colocar em risco as relações trabalhistas no setor, mas sim regulá-las.



Suplicy: terceirizados não participam de decisões

Pernambuco pode fazer empréstimo de US\$ 30 milhões

O Senado aprovou ontem requerimento de urgência para a votação de projeto que autoriza o governo de Pernambuco a contratar empréstimo de US\$ 30 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

O dinheiro será aplicado na segunda fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR-II), conduzido pelo governo de Pernambuco com o objetivo de beneficiar 130 mil famílias. A autorização tem parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já havia aprovado o empréstimo, em regime de urgência.

Ao explicar o PCPR-II para os senadores da comissão, a pedido do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o secretário de Planejamento de Pernambuco, José Arlindo, disse que o projeto deverá reduzir a zero o déficit habitacional dos assentamentos rurais beneficiados pela reforma agrária no estado, prevendo ainda o fornecimento de energia elétrica e de água para pequenas propriedades.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que vários projetos similares estão sendo desenvolvidos em todo o Nordeste.

José Fogaça (PPS-RS) destacou que o empréstimo não fere as regras estabelecidas pelas resoluções 78 e 96, do Senado, que impõem limites ao endividamento das unidades da Federação.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) encaminhou, pela liderança do governo, voto favorável à autorização do empréstimo e os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da CAE, e Roberto Saturnino (PSB-RJ) ressaltaram a importância de a comissão receber sempre relatórios sobre a execução dos projetos beneficiados pela concessão de empréstimos autorizados pelo Senado.



Antonio Carlos Júnior apresentou parecer favorável ao pedido de empréstimo

Aeronáutica homenageada pelo Dia do Aviador

O Senado homenageou durante a sessão de ontem, por requerimento do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), o transcurso do Dia do Aviador, comemorado em 23 de outubro. Nos discursos, os senadores fizeram menções à necessidade de que a Força Aérea Brasileira tenha mais recursos para equipar-se e desempenhar melhor a tarefa de controle das fronteiras. Também aproveitaram a data para lembrar as dificuldades por que passa a aviação civil. Estiveram presentes o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Carlos de Almeida Baptista, e o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Henrique Marini.



Diversos oficiais da Aeronáutica estiveram presentes à homenagem prestada pelo transcurso do Dia do Aviador

Nova realidade mundial exige orçamento maior, alerta Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou, durante pronunciamento em homenagem ao Dia do Aviador, que a nova realidade mundial, imposta pelos atentados terroristas de 11 de setembro, exige melhores dotações orçamentárias para a Aeronáutica. “Espero que a gratidão do Congresso Nacional para com a Força Aérea Brasileira (FAB) seja externada com um orçamento melhor para a Aeronáutica”, frisou.

Os atentados terroristas, avaliou o senador, aumentaram não só a responsabilidade dos aviadores civis, mas também dos militares, uma vez que são os pilotos da FAB que têm a missão de patrulhamento do espaço aéreo brasileiro. “E, para isso, os militares precisam de melhores equipamentos”, acrescentou. Ele disse ainda que metade das 800 aeronaves da Aeronáutica brasileira está parada por falta de peças. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) salientou a importância dos aviadores na atual conjuntura mundial.

Ney Suassuna também defendeu ajuda financeira para a aviação civil brasileira, já que as companhias aéreas foram fortemente afetadas pelos atentados. Ele informou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vem examinando formas de socorrer o setor.

Em aparte, o senador Edison Lobão

(PFL-MA) expressou seu respeito pela Aeronáutica. “O Brasil deve muito às Forças Armadas, ao patriotismo dos militares brasileiros”, disse. Segundo Lobão, as Forças Armadas jamais quiseram o poder, e quando o assumiram, em 1964, foi para salvar a democracia no Brasil.

ACESSO

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) lembrou o importante papel de transporte de cidadãos desenvolvido pela Aeronáutica na época em que era difícil o acesso ao interior do país, por falta de estradas e ferrovias.

Também em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) destacou a importância da FAB na integração da Amazônia. Segundo ele, “a Amazônia só continua brasileira porque temos a FAB ao nosso lado”.

Já o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) salientou o baixo índice de acidentes da Força Aérea Brasileira, um dos menores do mundo, enquanto o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lembrou a participação de pilotos da FAB na Segunda Guerra Mundial e o patrulhamento do litoral brasileiro feito por esses militares.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou, em aparte, a organização, a seriedade e a competência da FAB.

Emilia defende medidas para recuperar setor de aviação civil

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) defendeu, durante a homenagem ao Dia do Aviador, a adoção de medidas para recuperação do setor de aviação civil, cujas dificuldades, acarretadas por políticas predatórias de grandes companhias estrangeiras, foram agravadas pelos recentes episódios de terrorismo envolvendo aeronaves nos Estados Unidos. Emilia chamou atenção para os tratados de “céus abertos” firmados pelos países ricos que, segundo ela, colocam em risco as companhias brasileiras e, por conseguinte, os empregos de milhares de aviadores.

— Alguns governos aceitaram sem maiores considerações papel subalterno em um sistema aéreo cada vez mais dominado por megacompanhias globais. No Brasil, isso tem resultado em favorecimento momentâneo da clientela, ao lado da desestabilização das companhias antigas — explicou, dando como exemplo a Varig, que anunciou a demissão de 1,7 mil trabalhadores.

A situação das companhias é agravada, opinou a senadora, pela política fiscal, que onera os bilhetes em até 35%, e pela “aventura cambial” do país, que as impede de renegociar os contratos de *leasing* dos aviões. Preocupada com esse quadro, Emilia tem procurado conversar com entidades representativas dos trabalhadores do setor. Na sessão de ontem, ela divulgou manifesto dos sindicatos nacionais dos aeroviários, aeronautas e aeroportuários. O documento expõe a situação dramática do setor, denunciando medidas das



Emilia homenageou a pioneira da aviação no país e a Aeronáutica

empresas em prejuízo de passageiros e em desrespeito à legislação trabalhista.

PIONEIRA

Emilia Fernandes homenageou a pioneira da aviação Anésia Pinheiro Machado, a primeira aviadora brasileira a realizar um voo interestadual — entre São Paulo e Rio de Janeiro, em 1922. Além disso, foi a primeira mulher a realizar um voo acrobático e um voo transcontinental ligando as três Américas, pela costa do Pacífico. “Mais do que isso, foi a primeira a conduzir um monomotor pelo Passo do Aconcágua, nos Andes”, acrescentou.

O pronunciamento foi finalizado com uma homenagem à Força Aérea Brasileira.

— À Aeronáutica, o nosso reconhecimento e admiração pela coragem e amor ao Brasil, não apenas nos momentos de guerra, mas principalmente pelo compromisso na construção da paz, do bem-estar social e da afirmação da nossa soberania — frisou.

Romeu Tuma destaca apoio da FAB a operações realizadas na Amazônia

Ao assinalar a passagem do Dia do Aviador, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou, emocionado, as operações de combate ao narcotráfico e a garimpos clandestinos de que participou como diretor da Polícia Federal, com o apoio da Aeronáutica, na região amazônica.

— Essas operações desnudavam a alma dos soldados brasileiros sob a farda da Aeronáutica, quando salvavam vidas e se solidarizavam com os garimpeiros, expulsos das áreas proibidas não por serem marginais, mas para obedecer à demarcação de terras — disse Tuma.

A falta de recursos destinados à Força Aérea Brasileira também foi tema salientado no pronunciamen-



Romeu Tuma chamou atenção para a escassez de recursos da Força Aérea Brasileira

to de Tuma. O problema, conforme o senador, está inviabilizando muitos vôos na Amazônia relacionados com o projeto Calha Norte

ou o projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e ainda com o atendimento das populações carentes.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou que, como habitante da região amazônica, é testemunha do “trabalho patriótico de integração nacional da Aeronáutica”. O senador Paulo Hartung (PSB-ES) defendeu a necessidade de uma Aeronáutica forte e bem equipada, não para levar adiante missões de guerra, mas para construir a paz. O senador José Coêlho (PFL-PE) destacou a relevância do Correio Aéreo Nacional, qualificando a Aeronáutica como “sentinela nos céus do Brasil”.

Gilvam Borges sugere investimentos e melhoria do soldo

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que é preciso homenagear a Força Aérea Brasileira (FAB) pelo transcurso do Dia do Aviador, mas lamentou a falta de investimentos e de “um melhor soldo” para os militares. Ele salientou que o país deve muito à FAB e acrescentou que é preciso trabalhar por mais recursos orçamentários para a instituição.

Em 60 anos de existência, disse o senador, a FAB não mudou seus fundamentos essenciais nem cessou a busca pela afirmação dos valores nacionais.

Gilvam Borges destacou a conquista de Alberto Santos Dumont, que realizou o primeiro vôo com



Segundo Gilvam Borges, a FAB nunca cessou a busca pela afirmação dos valores nacionais

um avião a motor, o *14-Bis*, feito que é homenageado pelo Dia do Aviador. Ele lembrou que no cam-

po de Bagatelle, em Paris, à vista de grande multidão, após percorrer cerca de 200 metros, o *14-Bis* conseguiu deslocar-se no ar, a uma altura de dois a três metros, e voar 61 metros de distância.

— Foi naquela terça-feira, 23 de outubro de 1906, que o homem conseguiu voar, pela primeira vez, com um aparelho mais pesado que o ar — o avião, conforme é entendido e utilizado até hoje. Não há proeza similar em qualquer registro da história da aviação mundial que se iguale à façanha de sair do chão por seus próprios meios, deslizar no ar de forma controlada e pousar sem nenhuma avaria ao piloto ou ao aparelho — acrescentou.

Ramez Tebet lembra atuação como relator do Sivam

Durante o espaço da sessão do Senado destinado a homenagear o Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB) — comemorados em 23 de outubro devido ao vôo feito por Alberto Santos Dumont no *14-Bis*, em Paris —, o presidente da Casa, senador Ramez Tebet, lembrou de episódios que o ligam pessoalmente à FAB e à Aeronáutica.

Um dos momentos citados por Tebet foi quando, recém-chegado ao Senado, relatou o projeto de implantação do Sistema de Vigilância e de Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam). Ele afirmou que, com o Sivam, hoje a Força Aérea Brasileira tem o reconhecimento de toda a nação, pelos campos de aviação construídos, pelos radares que estão sendo im-

plantados e sobretudo pelo projeto de educação a distância que está sendo realizado na região amazônica.

Ramez Tebet lembrou ainda dos serviços prestados pelo Correio Aéreo Nacional (CAN), que, além de transportar doentes em regiões onde o acesso por outras vias era impraticável, conduziu para outras cidades jovens que não tinham condições de prosseguir seus estudos no seu município de origem.

— O nosso desejo é que a Força Aérea Brasileira sempre realize o vôo da paz e da defesa intransigente da soberania nacional — disse.

O presidente do Senado destacou a presença em Plenário do comandante e do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica,



Ramez Tebet expressou o desejo de que a FAB “sempre realize o vôo da paz”

Carlos de Almeida Baptista e Henrique Marini e Souza, respectivamente. Ele ressaltou que Almeida Baptista é atualmente o militar mais antigo em atividade nas três Forças Armadas, com mais de 52 anos de farda.

Iris Rezende quer impedir venda de estatal goiana

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) quer impedir o governo estadual de privatizar a Centrais Elétricas de Goiás (Celg), por entender que se trata de um patrimônio do povo goiano, administrado com competência econômica e preocupação social.

— Não há justificativa para a venda da Celg, a não ser a preocupação de viabilizar, a qualquer custo, a reeleição do governador Marconi Perillo, mesmo comprometendo o futuro do estado — afirmou.

Segundo Iris Rezende, o momento é inconveniente e inoportuno para a venda de uma empresa estatal do setor elétrico, com a instabilidade no quadro internacional, aliada à crise de abastecimento dos reservatórios, com racionamento e falta de clareza em relação ao modelo que o país deve adotar para a geração e distribuição de energia.

O senador lembrou que as pesquisas de opinião mostram que mais de 85% da população goiana são contra a venda de Celg. O governo do estado, disse ele, “montou uma operação



“Não há justificativa para a venda da Celg”, assegura Iris Rezende

de pouca transparência, cometendo falhas graves, como a avaliação equivocada da empresa e a definição apressada de seu passivo, em valores discrepantes dos números reais”.

Iris reafirmou seu compromisso de lutar contra a venda da Celg e fez apelo ao presidente do Senado, Ramez Tebet, para colocar na ordem do dia o projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE), já aprovado nas comissões, proibindo a privatização das operações de transmissão e geração de energia elétrica.

Hartung saúda iniciativa de financiamento a microempresas

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) fez ontem o que classificou de seu “primeiro elogio no Congresso a um banco privado”, informando que o Unibanco criou uma empresa destinada a financiar exclusivamente microempresários. Depois de uma experiência bem sucedida no Rio, o banco decidiu criar uma empresa para apoiar pequenos empreendimentos e pretende ter lojas em 26 cidades.

Hartung afirmou que tem lutado no Senado por medidas como reforma tributária, apoio às exportações, redução do custo do dinheiro e fortalecimento do sistema produtivo. Ele vê no financiamento de pequenos empreendimentos, “como o de um serralheiro”, o caminho para a redução do desemprego. Lembrou que já existem experiências isoladas no país que apresentam bons resultados, administradas por organizações não-governamentais e por instituições oficiais, como o Banco do Povo, de



Hartung diz que financiar pequenos empreendimentos pode reduzir desemprego

São Paulo, e os programas de microcrédito do Sebrae, da Nossa Caixa (SP) e do Banco do Nordeste.

No caso do Unibanco, Hartung informou que a direção do grupo chegou a criar uma empresa própria para o microcrédito, que leva o nome de Microinvest S.A. Ele pediu a transcrição nos Anais do Senado de notícia sobre o assunto publicada pela *Gazeta Mercantil*.

Brasil deve ampliar comércio com Taiwan, afirma Maldaner

Para senador, país asiático se apresenta como “um parceiro de credibilidade”, que consome mais de US\$ 140 bilhões por ano em importações

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu o incremento do comércio entre o Brasil e Taiwan, que hoje representa apenas 1% do total do comércio exterior do país asiático. Embora o Brasil tenha deixado de manter relações diplomáticas com Taiwan em 1974, ao firmar relações com a República Popular da China, o governo daquele país anunciou, recentemente, a intenção de intensificar relações comerciais com os brasileiros, lembrou o senador.

Maldaner destacou a atuação, em Brasília, de um escritório econômico-cultural de Taiwan, e a reafirmação do governo brasileiro de retomada do fluxo de comércio e investimento entre os dois países.

Na avaliação do senador, a experiência comercial de Taiwan apresenta “um parceiro de credi-



Maldaner: produção brasileira deve encontrar um mercado seguro

bilidade e de grande potencial”. Ele ressaltou que a globalização da economia sugere condições desafiadoras, sobretudo para mercados emergentes. Negociações e acordos bilaterais e multilaterais, disse, são imprescindíveis para impulsionar e manter a libe-

ralização.

Maldaner observou ainda que Taiwan consome mais de US\$ 140 bilhões por ano em importações, afirmando que a variedade da produção brasileira deverá encontrar um mercado seguro e abrangente.

Souto pede liberação imediata de financiamento para lavoura de cacau

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apelou às autoridades do governo federal para que seja efetivado programa de financiamento da lavoura cacauzeira, a fim de viabilizar o plantio de cacau geneticamente modificado, resistente à praga da vassoura-de-bruxa, na região de Ilhéus e Itabuna. Segundo ele, apesar de todas as medidas já terem sido tomadas, os empréstimos previstos, com apoio do Ministério da Fazenda, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil (BB), não têm chegado aos agricultores.

— Lamentavelmente, até agora não aconteceu nada. Não houve uma proposta sequer aprovada e nenhuma liberação de financiamento. Por favor, sejam mais ágeis para que os agricultores tenham acesso a esses financiamentos — reclamou Paulo Souto.

Ele explicou que o programa, desenvolvido a partir de 1996 por técnicos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira (Ceplac), vinha obtendo sucesso, mas o alto endividamento dos produtores e a falta de financiamento viável impediu sua conti-



Paulo Souto observa que o momento é oportuno para retomar a produção de cacau

nuidade. Dessa forma, disse, o governo do estado buscou novo entendimento com o governo federal para retomar o programa, capaz, na sua opinião, de recuperar a cultura do cacau na Bahia, que já foi das mais prósperas do país.

Porém, disse o senador, os recursos ainda não chegaram às mãos dos produtores, mesmo depois de transcorridos quatro meses da aprovação das regras para o financiamento pelo Conselho Monetário Nacional e dois meses da visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à região de Ilhéus e Itabuna.

Como sugestão, o senador pediu que o presidente crie uma coordenação para o programa, com a finalidade de cobrar mais presteza nas ações dos órgãos responsáveis. Ele disse acreditar também que, ao visitar a Bahia, o presidente já demonstrou sua intenção de apoiar o programa e dar uma nova perspectiva à região, que tem sofrido com a decadência da cultura cacauzeira.

— Não falta nada, a não ser um pouco de boa vontade. Sem os financiamentos, vemos a possibilidade do programa naufragar, sem qualquer explicação. Os agricultores vêem que variedades clonadas podem ser a saída para a retomada da lavoura e precisam novos financiamentos para cuidar de suas plantações. Estou decepcionado com o que está acontecendo, mas consciente de que ainda há tempo para recuperar essa situação — declarou.

Para justificar a urgência na liberação dos recursos, Souto observou que o momento de retomar a produção é oportuno, pois o preço do cacau no mercado internacional está alto, assim como o consumo de chocolate.

Jucá defende revisão das leis trabalhistas “obsoletas”

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a revisão da legislação trabalhista brasileira, que classificou de obsoleta. Para ele, o Senado precisa dar a devida atenção ao assunto, sob pena de prejudicar a geração de empregos, “deixando de cumprir sua função institucional, que é proteger a cidadania”.

Jucá citou o livro *Trabalho no Brasil: Novas Relações versus Leis Obsoletas*, de autoria do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Almir Pazzianoto. Segundo ele, o ministro mostrou coragem ao expor posições que podem desagradar empregadores e trabalhadores. Entre as sugestões está a instituição do recibo de quitação, que daria por encerradas as relações trabalhistas sem perigo de demandas futuras, amparadas em “leis obsoletas”, como ocorre hoje.

— Pazzianoto diz que ou o Brasil

muda esse perfil de proteção, que na verdade desprotege, ou estará fora do mercado da competitividade e da produção de bens a serem vendidos aqui ou alhures — afirmou o senador.

A legislação trabalhista brasileira, disse Jucá, teve validade para a época em que foi criada, durante a ditadura de Getúlio Vargas. Hoje, observou, por serem inflexíveis e altamente reguladoras, essas leis afastam investidores que temem o custo oculto dos direitos trabalhistas.

Passada a Segunda Guerra, lembrou o senador, todos os países industrializados reformularam suas relações de trabalho para acompanhar as demandas de mercado. Mas no Brasil, observou, as leis do trabalho mantiveram-se inalteradas nas últimas seis décadas, mantendo a CLT, que dá grande poder ao Estado sobre o trabalhador.



Airson Bezerra Lócio defendeu a construção de 11 usinas em Minas Gerais e um projeto de incentivo à piscicultura

Presidente da Codevasf explica projetos para o Rio São Francisco

A Comissão Especial do Rio São Francisco, criada para acompanhar o projeto de revitalização do rio, recebeu ontem o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Airson Bezerra Lócio. Ele falou sobre os projetos para o rio e informou que foi destinada ao órgão, encarregado de realizar parte dos programas de recuperação do São Francisco, uma verba complementar de R\$ 12 milhões. Embora considere a quantia insuficiente, lamentou que esses recursos ainda não estejam à disposição da instituição.

Ao discutir o uso múltiplo e conflitante das águas do rio, Airson Bezerra Lócio afirmou que, com a retenção das águas dos afluentes próximos à nascente do São Francisco, seria possível propiciar a geração de energia e estimular a irrigação. Questionado sobre o assunto pelo senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA), ele defendeu a construção de 11 usinas em Minas Gerais, estado onde nascem o rio e grande parte de seus

afluentes. A Codevasf já iniciou estudos para analisar a viabilidade da construção dessas barragens no estado, responsável por 70% do volume das águas do rio, completou.

Airson Bezerra Lócio criticou o “radicalismo” de organizações ambientais que, segundo ele, criam dificuldades burocráticas para impedir a implementação de vários dos projetos da Codevasf. Como exemplo, disse que um projeto de irrigação já em fase de conclusão foi suspenso porque o estudo sobre o impacto ambiental da obra não foi considerado suficiente.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que o atraso da Região Nordeste não pode ser atribuído a essas organizações. Ela afirmou que a culpa da miséria no Nordeste é de instituições parasitas que se alimentam da estrutura política existente na região.

Airson Lócio deu destaque também ao Projeto Amanhã, de incentivo à piscicultura. Ele acredita que, com a criação de peixes, se daria um fim à pesca indiscriminada.

Suassuna se despede para assumir ministério

Ações que possam impulsionar o desenvolvimento das regiões mais pobres do país receberão prioridade do novo ministro da Integração

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) despediu-se ontem do Senado Federal para assumir hoje o Ministério da Integração Nacional, ocupado até setembro passado pelo presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS). Suassuna disse que, no Executivo, dará prioridade a ações que possam impulsionar o desenvolvimento das regiões mais pobres do país.

– Me orgulha o fato de, sendo nordestino, ser chamado a comandar exatamente um ministério que tem, entre suas atribuições, a de combater as desigualdades regionais, de forma a propiciar uma vida mais digna e menos sofrida a milhões de brasileiros desafortunados – afirmou o senador.

Em seu discurso, Suassuna fez um retrospecto de sua vida

pública, pautada, segundo ele, na defesa da construção de um Brasil mais homogêneo. Foi assim, disse, que ocupou os cargos de presidente das Comissões de Orçamento, de Assuntos Econômicos e, por último, de Fiscalização e Controle.

– Minha nomeação para o ministério, de forma alguma, rompe meus compromissos para com o povo da Paraíba. Pelo contrário, vem consolidar esse pacto, que agora se dará no âmbito da ação do Executivo e se estenderá a maiores contingentes de brasileiros mais carentes – declarou o senador, agradecendo o apoio dos paraibanos.

Suassuna ressaltou ainda que a “exígua temporalidade” com que vai assumir o ministério não será um empecilho, mas o estimulará a se superar para re-

duzir as desigualdades regionais. Ele disse ainda que a solidariedade será elemento fundamental em sua atuação, na medida em que esse é o sentimento que permite o entendimento necessário para a construção de um país menos desigual e mais feliz.

O senador dirigiu agradecimentos especiais ao governador da Paraíba, José Maranhão, aos colegas da bancada da Paraíba, aos funcionários do Senado e aos colegas senadores, principalmente seus companheiros de partido e o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). Segundo ele, Calheiros se empenhou para que o partido continuasse servindo ao governo, que, na sua opinião, tem feito muito pelo país.

– Nasci na vida política pelo PMDB e é nessa condição que



Ney Suassuna se diz orgulhoso por comandar ministério que tem atribuição de combater desigualdades regionais

assumo, como ministro do PMDB, indicado pelos líderes do meu partido em ambas as Casas do Congresso – destacou.

Suassuna disse que o ministério vai estar sempre “de por-

tas abertas” e deixou claro que sua ausência do Senado se estenderá por poucos meses. Ao final de seu discurso, apresentou seu suplente, o empresário Robson Viana, que irá assumir hoje o mandato.

Senadores ressaltam dinamismo e capacidade de trabalho

Os 14 senadores que pediram apartes durante o discurso de despedida de Ney Suassuna apontaram o dinamismo e a capacidade de trabalho do novo ministro como suas principais características. Eles pediram que Suassuna mantenha essa postura enquanto estiver à frente do Ministério da Integração Nacional.

O senador José Alencar (PL-MG) destacou a importância do ministério ocupado por Suassuna para as regiões mais pobres do país, no sentido de levar a presença do governo federal a essas áreas. Ele disse que testemunhou a dedicação e eficiência do novo ministro à frente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

INTELIGÊNCIA

Da mesma maneira, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse acreditar que Suassuna terá, como ministro, oportunidade de “revelar sua inteligência, seu dinamismo e sua capacidade de trabalho para todo o país”. Francelino também pediu que o novo ministro possa

atender às demandas da região mais pobre de seu estado.

AMAZÔNIA

Atenção às necessidades da Amazônia e do Pará foi o que pediu Luiz Otávio (PPB-PA) ao novo ministro, responsável pelas ações a cargo das extintas Sudam e Sudene. “Teremos orgulho de vê-lo à frente do ministério e, talvez, tenhamos que abrir mão de seu convívio, para o governo da Paraíba”, previu o senador paraense.

EXEMPLO

Roberto Saturnino (PSB-RJ) reconheceu a colaboração que Suassuna sempre deu ao Rio de Janeiro, o que o leva a ser chamado de “quarto senador do estado”. “Vossa Excelência tem sido operoso, dinâmico e trabalhador, um exemplo para toda a Casa”, afirmou Saturnino.

PAIXÃO

Correligionário de Suassuna, o senador Mauro Miranda (GO) ressaltou que o colega é, antes de tudo “apaixonado pela Paraíba”. Mauro também destacou que Suassuna sempre teve importante atuação dentro do PMDB.

IRRIGAÇÃO

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) alertou para o fato que, além de desigualdades entre os estados, Suassuna também deve atacar a desigualdade dentro dos estados, como acontece em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Ela pediu que o novo ministro dê atenção especial aos projetos de irrigação na região sul do Rio Grande do Sul.

GINÁSTICA

“Em um país continental como o Brasil, o Ministério da Integração ganha relevância para promover o desenvolvimento regional e minimizar o desequilíbrio regional, organizando uma política de ocupação racional do nosso território – afirmou o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem Suassuna terá que “fazer ginástica” para atender a todas as demandas.

PATENTES

A senadora Marina Silva (PT-AC) destacou o papel desempenhado por Suassuna na relatoria do projeto que resultou na Lei das Patentes. “Vossa Excelência se esforçou para operar como referên-

cia para as demandas da sociedade e da comunidade científica, em defesa dos interesses do país”, disse Marina, esperando que o novo ministro possa contribuir com os estados do Norte e do Nordeste e dar continuidade a projetos de longo prazo e “não fique operando apenas no varejo”.

COLABORAÇÃO

Na mesma linha, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que parlamentares de todos os partidos sempre tiveram um diálogo construtivo com Suassuna, que sempre ouvia as opiniões divergentes. Suplicy também elogiou o espírito de colaboração que o novo ministro demonstrou na presidência da CAE. O senador por São Paulo anunciou ainda que vai propor sugestões para que o colega desempenhe sua nova função em favor de todos os brasileiros.

ESPERANÇA

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) ressaltou a forma “firme, competente e amiga” que marcou a atuação de Suassuna no Senado. “O Norte e o Nordeste depositam esperança de que

seu desempenho não será diferente do que marcou sua passagem pelo Senado, com larga visão da realidade nacional e preocupação pela qualidade de vida de todas as regiões”, declarou Suassuna.

ENERGIA

Assim como José Coêlho (PFL-PE), o senador Paulo Hartung (PSB-ES) desejou sucesso e sorte a Suassuna em seu novo desafio. “Espero que sua energia sirva para sacudir o ministério, de modo que ele cumpra seu papel, importante para o Norte, para o Nordeste e para o Brasil”, disse Hartung, ressaltando que o Espírito Santo também tem uma região que precisa da atenção do novo ministro.

ELOGIOS

Os senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) elogiaram o presidente Fernando Henrique Cardoso pela nomeação de Suassuna, que tem, segundo eles, condições de beneficiar não apenas a Paraíba, mas todo o país.

Santos quer Conselho de Comunicação funcionando

Presidente da Comissão de Educação, o senador participou de reunião com líderes partidários das duas Casas para discutir a instalação do órgão. Caberá ao colegiado, entre outras atribuições, manifestar-se sobre programação das emissoras de TV

O presidente do Senado, Ramez Tebet, manifestou apoio à reunião entre os líderes partidários no Congresso e os presidentes das Comissões de Educação do Senado e da Câmara para discutir a instalação do Conselho Nacional de Comunicação Social. A informação foi dada ontem pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação do Senado.

Ricardo Santos, que procurou Tebet para tratar do assunto, ressaltou a importância do conselho, como têm mostrado especialistas em comunicação durante audiências públicas promovidas pela comissão para discutir temas relacionados à comunicação social.

— O conselho, criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.389/01, precisa cumprir seu papel, inclusive para orientar a programação da televisão brasileira, através da melhoria do seu conteúdo — disse o senador.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que tem se destacado no empenho para que o conselho seja instalado, lembrou que a ban-



Ricardo Santos (na foto, presidindo a Comissão de Educação) destacou a importância do conselho para orientar a programação da TV brasileira

cada feminina no Congresso procurou os presidentes das duas Casas, no final do mês de outubro, para solicitar agilidade na instalação do órgão. O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), também se manifestou favoravelmente à instalação do conselho.

MONOPÓLIO

O órgão terá a atribuição de realizar estudos, pareceres e recomendações sobre liberdade de expressão e de informação; sobre a produção e programação das emissoras de rádio e TV; sobre o monopólio ou oligopólio dos mei-

os de comunicação social; e sobre a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Conforme a lei que o regulamentou, o conselho será composto de um representante de cada um dos meios de comunicação (rádio, televisão, imprensa escrita), por um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social e por um representante de cada uma das categorias profissionais relacionadas à área (jornalistas, radialistas, artistas, cinema e vídeo), além de cinco representantes da sociedade civil.

Sociólogo Gilberto Freyre pode dar nome ao aeroporto do Recife

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto da Câmara que dá o nome do sociólogo Gilberto Freyre ao Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife. Em seu parecer a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que a homenagem “reflete a valorização do trabalho de Freyre e a excelência de sua obra universalmente reconhecida”. A matéria segue agora para o Plenário.

Marina defendeu a homenagem, apesar, disse, de o sociólogo ter apoiado a ditadura militar. No entanto, afirmou, mesmo sendo conservador no aspecto político, o autor de *Casa Grande & Senzala* “conseguiu dar um salto” nos métodos de pesquisa, “o que não é pouco

para sua época”, salientou.

Para a relatora, um dos aspectos mais importantes da obra de Gilberto Freyre é a valorização da mistura de etnias. Ela entende que, depois de *Casa Grande*, a miscigenação, que era vista como negativa, passa a ser considerada como algo positivo. “Ele deixou às claras a perversa sociedade patriarcal, contrariando os ideólogos do Estado Novo, como Oliveira Vianna e Camilo Pena.”

PONTE

A comissão também aprovou, em caráter terminativo, projeto dos senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e do ex-senador Pedro Ubirajara que dá o nome de Nossa Senhora do Pantanal à

ponte sobre o Rio Paraguai, no município de Corumbá (MS).

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que relatou a matéria favoravelmente, informou que a população mato-grossense entregou aos senadores documento, com milhares de assinaturas, solicitando que a ponte passasse a ter a nova denominação.

Também em caráter terminativo foi aprovado projeto do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) que denomina Paulo Curado trecho da Rodovia BR-235. Relator da proposta, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) ressaltou a contribuição que o homenageado deu “ao Tocantins como empresário de visão, impulsionando o progresso do estado”.

ILB amplia divulgação sobre cursos e palestras

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) inaugura hoje, a partir das 11h, um posto avançado para treinamento e veiculação de cursos e palestras educativas aos servidores do Senado. Os funcionários com acesso ao canal 46, do sistema VIP da TV Senado, e os candidatos aos cursos do ILB podem, a partir de agora, usufruir do novo posto para treinamento, localizado entre o Túnel do Tempo e a Ala Senador Teotônio Vilela.

Em parceria com a Subsecretaria de Relações Públicas, o ILB vai possibilitar aos funcionários, com as novas instalações, ampla divulgação de serviços, distribuição de material institucional, treinamento, cursos a distância, orientação e capacitação para atividades técnicas e legislativas por meio do canal 46.

O diretor-executivo do ILB, Florian Augusto Madruga, informou que a programação de cursos e eventos para novembro já

está definida. Estarão disponíveis os seguintes cursos e palestras: Processo Legislativo; Gerenciamento de projetos; Resolvendo problema de equipe; Mergulhando no word; A inovação nas telecomunicações; Dando valor aos relacionamentos; A era da comunicação humana nas organizações; Seja um líder dinâmico; Gerenciando o estresse no ambiente de trabalho; A ética profissional para o novo milênio; e Mulheres no gerenciamento.

ESPECIALISTAS

Os cursos e palestras são feitos por especialistas, alguns funcionários do Senado, mediante convênio com uma empresa especializada em cursos e eventos a distância, a Dtcom, de Curitiba (PR). As aulas e palestras são diárias, veiculadas no período das 9h às 18h30. O candidato precisa inscrever-se para fazer os cursos. O ILB oferece, após o final das aulas, certificado de conclusão.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *De Coração* — “Insuficiência Cardíaca e Qualidade de Vida”, com o dr. Edimar Alcides Bocchi
6h30 — *Cidadania* — O sen. Edison Lobão e o presidente da Associação de Mutuários/DF, Hebert Tavares, falam sobre seguro na compra de imóveis
7h30 — *Entrevista* — A senadora Marina Silva fala sobre segurança na identificação de bebês
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Reportagem* (ao vivo)
9h — Comissão de Assuntos Sociais — Oito itens em pauta (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (ao vivo)
13h30 — *Cidadania* — O sen. Edison Lobão e o presidente da Associação de Mutuários/DF, Hebert Tavares, falam sobre seguro na compra de imóveis
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Relações Exteriores — Três itens em pauta. Entre eles, indicação de José Gregori para a Embaixada de Portugal (gravado)
13h30 — *Cidadania* — O sen. Edison Lobão e o presidente da Associação de Mutuários/DF, Hebert Tavares, falam

sobre seguro na compra de imóveis
20h30 — *Entrevista* — O sen. Carlos Wilson fala sobre a extinção da Sudene
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Comissão de Constituição e Justiça
13h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviços
20h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular (representação)
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Escala Brasileira*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Tebet diz que vai tentar reabrir negociações

Ele recebeu na manhã de ontem presidente de sindicato, que lhe dirigiu apelo no sentido de que promova gestões a fim de que o governo retarde o envio do projeto com que espera pôr fim à greve dos professores universitários

O presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu ao presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Roberto Leher, que tentará, com o apoio do presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), reabrir os canais de negociação entre os professores universitários e o Executivo.

Tebet recebeu de Leher, na manhã de ontem, apelo para intermediar junto ao governo a reabertura dos entendimentos com os professores universitários, em greve há quase 90 dias. Ao lado dos senadores Ricardo Santos, Heloísa Helena (PT-AL) e Paulo Hartung (PSB-ES), o presidente da Andes pediu a Tebet que realize gestões a fim de que o governo retarde o envio, ao Congresso Nacional, de projeto de lei com que espera acabar com o movimento. A proposta é combatida pelos professores.

De acordo com o presidente da entidade que representa os pro-

fessores das universidades públicas brasileiras, o projeto idealizado pelo governo eleva uma gratificação com base em "critérios de produtividade que equiparam a universidade a uma empresa, além de aprofundarem disparidades de remuneração entre docentes".

— Se a proposta vier, acabará retardando a solução para o problema da greve, na medida em que teremos de combater o projeto. Possivelmente ele não será encampado pelos líderes políticos e, sendo uma matéria de iniciativa do Executivo, envolvendo despesas, não poderá ser alterada por emendas parlamentares — argumentou Leher.

Depois de receber o apelo de Leher, o presidente do Senado afirmou que "é fundamental encontrar logo uma solução para essa greve, que tantos prejuízos vem causando às universidades, aos professores, aos alunos e a suas famílias".

Tebet não fez qualquer juízo de



Ramez Tebet, ao lado de Ricardo Santos, disse aos representantes dos professores universitários em greve que a discussão e votação do projeto levarão em conta o interesse da sociedade brasileira

valor sobre o mérito da proposta do governo, mas prometeu tentar o retardamento do envio da proposta do Executivo ao Con-

gresso com o objetivo de permitir novos entendimentos entre as partes. Tebet garantiu, no entanto, que, no momento em que o

projeto chegar ao Congresso, agora ou mais tarde, "será analisado e votado tendo em conta o interesse da sociedade brasileira".

Ronaldo: universidade enfrenta crise crônica

Ao analisar a greve dos professores das universidades públicas federais, o senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) disse que o movimento "transcende o significado de um inconformismo momentâneo para denunciar o fato subjacente que o Senado não pode ignorar — a universidade pública brasileira está em crise".

— Parece paradoxal que governo tão sensível ao desafio histórico do ensino básico, que havia transitado sem resposta por administrações inumeráveis, possa estar menos atento à questão não menos fundamental do ensino público superior. As evidências são irrecusáveis de que uma crise já crônica vem lavrando no âmbito da universidade pública brasileira — disse.

Ronaldo Cunha Lima citou estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual a União



Ronaldo disse não se poder admitir que professor ganhe menos que um agente fiscal

gasta cada vez menos com as universidades públicas, já que diminuem continuamente os recursos consignados a instalações e laboratórios, com limitações diretas no volume e qualidade das pesquisas. Decrescem também, acrescentou, os recursos destinados a bolsas de

estudos, com impactos negativos mais intensos nas áreas de mestrado e doutorado.

Ele reconheceu as conquistas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas observou que os salários dos docentes estão defasados. Ele disse que não é concebível que um professor doutor, com 20 anos de estudo e carga horária máxima, ganhe menos do que um agente fiscal ou um delegado de polícia, "sem demérito a essas atividades". Ele apelou ao presidente da República e ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pelo fim da greve dos professores das universidades públicas federais.

Heloísa pede a líderes que convençam Fernando Henrique a não enviar projeto

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo aos líderes dos partidos que integram a base de sustentação do governo no Senado no sentido de que convençam o presidente Fernando Henrique Cardoso a cancelar o encaminhamento ao Congresso do projeto que concede reajuste salarial médio de 34% aos professores universitários, em greve desde 22 de agosto.

A decisão de enviar o projeto, segundo Heloísa Helena, contraria acordo feito na última terça-feira, em reunião que contou com a presença de representantes do governo; da Andes; do presidente do Congresso, senador Ramez Tebet (PMDB-MS); do presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES); e de vários outros senadores.

A proposta, que representará uma despesa extra de R\$ 250 milhões em 2002, não foi aceita pelo Sindicato Nacional dos Do-



Professores grevistas querem incorporar gratificação e não aumento na GED, afirmou a senadora Heloísa Helena

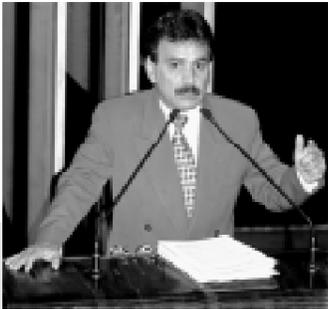
centes (Andes). Ao invés de um aumento na Gratificação de Estímulo à Docência (GED), como propõe o governo, o sindicato defende a incorporação ao salário da Gratificação de Atividade Executiva (GAE), orçada em R\$ 353,5 milhões.

— As desculpas esfarrapadas do governo federal não convencem, como esta de dizer que não é possível incorporar a GAE nos salários dos docentes. Há dez

dias, de forma justa, incorporamos esta mesma gratificação aos vencimentos dos servidores. Protocolar o projeto na Casa mostra intolerância não só com os servidores, mas também desrespeito com todos os mecanismos de negociação que estavam sendo intermediados pelo Senado — afirmou Heloísa Helena.

A senadora por Alagoas também protestou contra a publicação no *Diário Oficial* de ontem de um decreto que concentra nas mãos do presidente da República a autorização para liberar os salários dos funcionários públicos. Heloísa Helena defendeu também uma solução para a greve dos funcionários da Previdência.

— A paralisação prejudica principalmente os pobres, os que precisam do salário-maternidade, dos benefícios relacionados à saúde, pensão e aposentadoria — comentou.



Para Ademir, queda na arrecadação pode ser compensada, por exemplo, com combate à sonegação

Ademir Andrade defende correção da tabela do IR

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) fez um apelo aos parlamentares para que mantenham o texto do projeto de lei de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES), já aprovado pelo Senado e em exame na Câmara, que corrige a tabela do Imposto de Renda (IR). Ademir disse que para compensar a conseqüente queda na arrecadação o governo deveria taxar as grandes fortunas, aumentar a alíquota dos impostos sobre o lucro de capital e intensificar o combate à sonegação e à elisão fiscal.

Ele afirmou que o governo “esportivamente” não corrigiu a tabela do IR nos últimos quatro anos, e, com isso, obrigou cerca de 1,5 milhão de brasileiros a pagarem o imposto, quando deveriam continuar isentos, e forçou também outros contribuintes a pagarem valor superior ao que deveriam estar pagando.

Ademir explicou que, se a atualização da tabela tivesse sido feita, a faixa de isenção, que na época já era de R\$ 900, deveria vigorar hoje com o valor de R\$ 1.217,67. A alíquota de 15%, que hoje incide sobre as rendas superiores a R\$ 900 e inferiores a R\$ 1.800, deveria taxar rendimentos entre R\$ 1.217,67 e R\$ 2.435,25, observou. Acima desse último valor, disse, incidiria a alíquota de 25%.

— A não-atualização do Imposto de Renda atende à voracidade tributária do governo federal — protestou o senador.

Ao classificar como “irresponsável” a atitude do governo ao não reajustar a tabela, Ademir ressaltou que foi ilegítimo ter conseguido aumentar a arrecadação nos últimos anos usando o artifício de congelar a tabela do Imposto de Renda.

Marina quer compromisso social na gestão de recursos

Encontra-se em tramitação na CCJ projeto da senadora que institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social

Já está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social (CGFRS) e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (IBRS). A proposta tem como relator o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo Marina, o projeto pretende agregar ao conceito de responsabilidade fiscal a exigência da responsabilidade social, ou seja, determinar, além das regras para a gestão fiscal e quantidade dos dispêndios públicos, a qualidade e aplicação desses recursos em setores sociais.

As próprias agências mundiais de financiamento, segundo Marina, passaram a requerer dos países que solicitam recursos o compromisso com a eficácia social dos programas. Ela justifica ainda que a Organização das Nações Unidas (ONU) incorporou aos conceitos de renda e desenvolvimento diversos indicadores de natureza social, como o Índi-



Marina: agências mundiais de financiamento exigem compromisso com eficácia social dos programas

ce de Desenvolvimento Humano (IDH), aferido anualmente e que retrata o estágio de desenvolvimento das nações.

Pelo projeto, o CGFRS deverá acompanhar e avaliar, em todas as esferas do governo, a política fiscal com vistas à adequação orçamentária e à consecução de metas de desenvolvimento social. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão prover os meios administrativos e os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão. Entre as diretrizes para atuação do conselho, destaca-se a adoção de normas de controle social das políticas públicas e de

medidas eficazes para investimentos sociais.

Já o IBRS, segundo o projeto, deverá ser fixado a partir de dados fornecidos pelos estados, especialmente nas áreas de educação, saúde, segurança pública, desenvolvimento rural, gestão ambiental, assistência social, esporte, lazer, distribuição de renda e finanças públicas. Os indicadores deverão ser divulgados a cada dois

anos e publicados no *Diário Oficial* da União. A proposta de Marina é a de que haja uma ampla composição do conselho, que inclui indicações dos presidentes da República e do Congresso, além de representantes do Judiciário, dos estados, dos municípios, da sociedade civil e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), entre outros.

Depois de tramitar na CCJ, a matéria será encaminhada para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em caráter terminativo — o que dispensa sua análise pelo Plenário, exceto se houver recurso.

Jucá pede definição de verbas para garantir Programa Cesta de Alimentos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) chamou a atenção para a importância de uma definição acerca da continuidade do Programa Cesta de Alimentos, por meio do qual o governo federal promove a distribuição de cestas básicas a populações carentes. Ele lembrou que o Orçamento Geral da União não destinou recursos para o programa no exercício de 2001, o que teve que ser contornado com a aprovação de crédito extraordinário.

— Um programa como esse, cujo resultado é a existência ou não de um prato de comida na mesa de tanta gente, não pode ficar à mercê da boa vontade dos burocratas — afirmou o senador.



Segundo Romero Jucá, programa “não pode ficar à mercê da boa vontade dos burocratas”

Romero Jucá acrescentou que, mesmo sem o aumento de recursos necessário para expandir o atendimento do programa, foram

incorporados a ele 424 novos municípios da Região Nordeste, em situação de calamidade por causa da seca, aos 1.354 já atendidos. Além desses municípios, o programa também atende 661 acampamentos de sem-terra e 605 comunidades indígenas.

— Se julgamos de fato prioritário, como textualmente está no Plano Plurianual, um programa que mate a fome dos brasileiros necessitados, nos rincões mais miseráveis deste país, então devemos, o Poder Executivo e o Legislativo, concertar-nos com o objetivo de reservar fontes permanentes de financiamento para o Programa Cesta de Alimentos — afirmou.



Tocantins quer garantir status de zona livre de aftosa com vacinação, afirmou Eduardo

Eduardo destaca luta do Tocantins contra aftosa

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou que o Tocantins está realizando uma campanha para garantir o status de zona livre de aftosa com vacinação, título obtido no final do ano passado. Ele informou que a situação alcançada pelo estado mostra os progressos conquistados pelo setor agropecuário nos últimos anos.

— Até 1999, o Tocantins era classificado como zona de alto risco, classificação que caiu para médio risco no início do ano 2000, para baixo risco em setembro do mesmo ano e, logo em seguida, para o atual status de zona livre de febre aftosa com vacinação — informou o senador.

Ele disse que o estado vem se esforçando para contribuir não apenas no abastecimento do mercado interno, mas de um modo especial abastecer o mercado externo com um produto competitivo e de alta qualidade. Ele elogiou o esforço do governo federal, que vem cobrando o fim das barreiras protecionistas impostas contra a importação de produtos brasileiros.

Eduardo Siqueira Campos citou pronunciamento feito por Fernando Henrique Cardoso na Assembléia Nacional Francesa, quando, em discurso que alcançou repercussão internacional, o presidente condenou as medidas protecionistas não apenas da França, mas de outros países da União Européia e dos Estados Unidos.

Na sua opinião, o governo agiu corretamente ao enviar à 4ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Durban, na África do Sul, os ministros Celso Lafer (Relações Exteriores), Sérgio Amaral (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Pratini de Moraes (Agricultura e Abastecimento) e José Serra (Saúde).